

FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA: NOVAS
ABORDAGENS**

**A REVOLTA TENENTISTA EM ARACAJU NAS VISÕES DE IBARÊ DANTAS
E ANDREZA MAYNARD**

Aracaju, 20 de outubro de 2012

FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA: NOVAS
ABORDAGENS**

**A REVOLTA TENENTISTA EM ARACAJU NAS VISÕES DE IBARÊ
DANTAS E ANDREZA MAYNARD**

Trabalho apresentado pelo acadêmico Cerivaldo Pereira Filho ao curso de Pós-Graduação em Ensino de História como requisito para obtenção do título de Especialista em Ensino de História, pela Faculdade São Luís de França, sob a orientação da Prof^a. Msc. Andreza Santos Cruz Maynard...

Aracaju, outubro de 2012

A REVOLTA TENENTISTA EM ARACAJU NAS VISÕES DE IBARÊ DANTAS E ANDREZA MAYNARD

Autor Cerivaldo Pereira Filho

Orientador Prof^a Msc. Andreza Santos Cruz Maynard

Resumo

Este trabalho visa à análise comparativa entre duas obras: O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930, do historiador e cientista político Ibarê Dantas “O Tenentismo Em Sergipe” de 1974 e, “A Caserna Em Polvorosa”, da jovem historiadora Andreza Maynard. Traçaremos um esboço do que fora esse movimento que mais tarde se convencionara chamar tenentismo e seus desdobramentos e efetiva experiência que deste tivemos em Aracaju na década de 1920.

PALAVRAS CHAVE: TENENTISMO. REVOLTA. SERGIPE.

summary

This work aims at the comparative analysis between two works: The Tenentismo Sergipe: Revolt of 1924 to 1930 revolution. Historian and political scientist Ibarê Dantas "The Tenentismo In Sergipe" in 1974 and "The Barracks In Polvorosa," the young historian Andreza Maynard. We trace an outline of what this movement was later to call tenentismo shall agree and its developments and actual experience that this had in Aracaju in the 1920s.

KEYWORDS: TENENTISMO. REVOLT. SERGIPE.

1 Introdução

Neste trabalho faremos a análise comparativa da obra do historiador José Ibarê Costa Dantas, “O Tenentismo Em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930” (1974), e, “A Caserna Em Polvorosa” (2009) de Andreza Santos Cruz Maynard, observando suas peculiaridades e diferenças como os dois autores em momentos díspares se debruçaram sob o mesmo assunto em questão (O Tenentismo em Sergipe).

Quisemos observar como se disseminara a escrita histórica em moldes anteriores do despontar da perspectiva culturalista na década de 1970 e sua conseqüente revolução metodológica nas matrizes historiográficas que balizam e dão idoneidade a escrita da História. Tendo como aportes contrastantes e, representantes desses dois períodos de nossa historiografia, essas obras representam a forma de escrever História nos deferindo uma leitura de parâmetros austeramente dialéticos pela encarnação de paradigmas inerente a cada contexto em que foram escritas. MAYNARD nos inova a referida temática por sua perspectiva culturalista que vem coadunar-se com os novos preceitos em níveis nacional e internacional nos elucidando um mundo de possibilidades no árduo trabalho de reconstrução Histórica, inerente ao ofício do pesquisador desta vasta área que, ganhara proporções incomensuráveis desde o despontar da Escola Dos Annales no longínquo 1929 na França, onde, através desta se exacerbará os conceitos de fontes históricas e, assim, tudo que o ser humano toca potencialmente poder-se-á ser perscrutado como uma fonte histórica, desde que bem argüido por um profissional competente, e, não mais apenas os documentos oficiais; pois, como já dizia Marc Bloch (por ocasião das informações que eram disseminadas durante a 1ª Guerra mundial): “tudo que for transmitido oralmente tem mais veridicidade do que o que fora escrito” (BLOCH, 2002, p. 106). E, em nosso país não fora diferente, pois a censura, o veto, a perseguição aos intelectuais e jornalistas que ousavam dizer a verdade fora uma prática comum e, ademais, escrever virara sinônimo de promoção pessoal nesses contextos onde a força e a truculência mesmo quando “envernizadas” pelo clientelismo, valiam mais que as idéias. E, com o nosso referido autor não fora diferente, pois, vivíamos ainda sob a coação da ditadura civil-militar naquele longínquo 1974 e, como sabemos neste contexto os historiadores eram um dos intelectuais mais visados e perseguidos pelo sistema, portanto, escrever nestas circunstâncias significava não só buscar o

melindre que satisfizesse o âmago de tal regime sem ferir os brios ideológicos e mantenedores do sistema, ou, pelo contrário, além de outras sanções, o ostracismo e a obliteração completa enquanto intelectual por seu afronte a cidadania e soberania do país.

Principalmente, quando essa produção fosse financiada com recursos estatais, como fora o caso de “O Tenentismo em Sergipe” de Ibarê Dantas. Essa comparação das obras *A Caserna Em Polvorosa* (MAYNARD) e, *O Tenentismo Em Sergipe* (DANTAS), tem como axioma demonstrar a ruptura de paradigmas lograda pela primeira obra em detrimento da segunda escrita em outro contexto sob os auspícios da história política e economicista, eivada de recalcitrantes julgamentos personalistas e estereotipadas por sua parcialidade no perscrutamento da “verdade histórica”. Induzindo aos leitores mais inadvertidos a tomarem partido desta última e austera sentença.

[...] Desse modo, em vez de considerar as categorias econômico-políticas como abstrações feitas das relações sociais reais, transitórias, históricas, os economistas não vê nessas relações senão encarnações dessas abstrações. Real é, pois, o que é histórico. Tudo o que pretende escapar à história e impor-se como uma verdade eterna, é necessariamente falso. Toda categoria econômica, toda lei, todo conceito econômico é abstração das relações sociais e não é verdadeiro senão enquanto essas relações subsistem. Não são verdadeiras senão transitoriamente, visto que nada dura eternamente e que o movimento, a troca, a evolução conflitual são a lei de tudo que existe. (MARX, 2008; p. 30).

Mostraremos como ambos os autores em suas respectivas obras abordam um assunto em comum: A Revolta Tenentista de 1924 em Sergipe e, especificar mediante análise crítica as contribuições legadas por cada autor (ra) em questão e apontar os avanços e/ou recuos pertinentes a cada um. Identificando quanto fora marginalizada a população comum e a reverência feita aos oficiais e políticos influentes na obra de Dantas e, em contrapartida, o diálogo travado entre estes e os protagonistas revoltosos na obra de Maynard, explicitando os pormenores do cotidiano militar assim como dos cidadãos que foram habilmente narrados em Maynard.

No dia 19 de julho pela manhã o pescador Argemiro Baptista de Oliveira levou a família na canoa de Francisco José da Silva e Manoel Francisco da Cruz, para a Barra dos Coqueiros, com a finalidade de passar alguns meses. O pescador deixou os familiares e regressou naquele dia na mesma canoa. Argemiro estava sentado na borda, conversando com amigos, quando foi acometido por um forte ataque de epilepsia... (MAYNARD, 2009, p. 81)

Porém, observamos na narrativa de Maynard, uma super valoração do movimento dos revoltosos sergipanos, chegando a compará-los com os ressurretos paulistas que segundo a autora malograram em seus objetivos ao não conseguir dominar o poder constituído e expugnar a sede do governo assumindo o controle do Estado como o fizeram os sergipanos. “Inquestionavelmente os rebeldes foram bem sucedidos. Foram mais longe que os paulistas, que os haviam inspirado. Em São Paulo o sucesso foi apenas parcial. O objetivo estratégico não foi atingido” (MAYNARD, 2009, P. 54). Avaliação esta que desconsidera as proporções demográficas, estrutura militar e, contingente desta em cada Estado, ou seja, suas peculiaridades.

Usamos na consecução deste o método de abordagem Dialético, compreensivo e hipotético-dedutivo, e os métodos de procedimento serão histórico, comparativo e estruturalista. Além dos dois autores que estarão sendo confrontados (Ibarê Dantas e Andreza Maynard); como basilar teórico nos auxiliamos de Peter Burke (O Que É História cultural 2004), Marc Bloch (Apologia Da História 2002), Hannah Arendt (A Condição Humana 1997). Além de outros autores clássicos como Eric Hobsbawm, Karl Marx e Caio Prado Junior, que nos ajudarão entender a dialética do poder e a ânsia do homem crítico organizando-se para tais empreitadas dando vazão ao seu extinto de sobrevivência e alternância de poder.

É preciso ressaltar a importância das revisões bibliográficas e, acompanharmos o que está sendo produzido em nossa área e, que trabalhos em desarmonia com os pressupostos da historiografia não venham macular todo o avanço que logramos até agora e, o que é pior: que não venha defenestrar todo o manancial teórico de nossas matrizes historiográficas. Que de antemão não há nada novo, pois, dos anos 1970 para cá quando houvera uma explosão dos estudos culturais e, que fora publicados milhares de trabalhos de micro-história já se vão mais de quatro décadas. Por isto, sentimos a necessidade de avaliar duas obras em momentos tão díspares de nossa historiografia,

para assim, conhecer a evolução da escrita histórica legada pelos profissionais desta área.

2 Desenvolvimento

O lócus deste trabalho é o desdobramento do movimento tenentista na cidade de Aracaju (capital de Sergipe), qual vivera intensamente esse período de efervescência política engendrando-a nos acontecimentos nacionais que começou na Conspiração de Realengo em 04 de julho de 1922 (Os Dezoito do Forte de Copacabana), desta, marchando até a insurreição paulista em 1924, e, a obstinação dos irmãos Távora (Joaquim e Juarez) em deflagrar o motim concomitantemente em São Paulo e Rio Grande do Sul sob a liderança de Miguel Costa no intuito de forçarem a renúncia do presidente Artur Bernardes:

Governando em estado de sítio, intervindo nos Estados, coagindo a imprensa, impedindo, através da máquina do partido oficial, a posse de figuras oposicionistas de prestígio como o senador Irineu Machado, enfim pondo em prática uma política autoritária e repressiva. Arthur Bernardes fazia crescer contra si um clima de animosidade, senão de ódio, estimulando as conspirações que se desenvolviam até resultarem numa nova revolta (DANTAS, 1999, p.105)

Daí espalhando-se por vários Estados brasileiros até chegar a Sergipe. O movimento em nosso Estado teve início na madrugada de 13 de julho de 1924. Motivo pelo qual se faz indispensável narrar os acontecimentos pretéritos e ulteriores de tal movimento para entender as elucubrações que poderão nos ocupar para chegarmos ao denominador comum da gênese animadora desse movimento tão farto em detalhes. Pois, somente assim poderemos compreender os acontecimentos daquele julho de 1924 em Aracaju, assim como em outros municípios sergipanos, inserindo-os naquele contexto sócio-político nacional e, como os fatores exógenos tiveram importância decisiva na “conspiração” (inspiração) de tais levantes e, conseqüentemente, os fatores

que propiciaram o sucesso de tais empreitadas que como sabemos, posteriormente desaguará na ascensão do maior líder populista que o Brasil conhecera até então: Getúlio Dorneles Vargas.

Traçar-se-á a partir desse momento parâmetros comparativos do contexto histórico mundial que nos permite fazer silogismos frente ao desenrolar dos fatos que se materializaram frente à necessidade do cerceamento urgente da grande massa proletária que periclitava abismar-se em novas concepções ideológicas para com isto galgar melhores condições de existência. Transcreveremos neste momento um texto do autor italiano Giovanni Semeraro que descreve uma das tantas narrativas de Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere” em que ele sintetiza o momento de efervescência política em que estavam presenciando com a ascensão do Fascismo e, que o mesmo era uma de suas vítimas encontrando-se encarcerado. Em 15 de março de 1924, Gramsci escrevia:

Temos na Itália o regime fascista, temos como ‘chefe’ do fascismo B. Mussolini, temos uma ideologia na qual o ‘chefe’ é divinizado, é declarado infalível, é preconizado organizador e inspirador dum ressuscitado Sacro Império Romano. Vemos impressos, todo dia, dezenas e centenas de telegramas de homenagem das vastas tribos locais ao chefe. Vemos as fotografias: a máscara mais endurecida de um rosto que já vimos nos comícios socialistas: conhecemos aquele rodear de olhos nas órbitas que no passado deviam, com sua ferocidade mecânica, provocar os vermes da burguesia e hoje no proletariado. Conhecemos aquele punho sempre fechado para a ameaça. (SEMERARO, 1999, p. 34)

As análises de Gramsci já no período anterior a prisão, caracterizam o fascismo como solução italiana à crise do Estado liberal no pós-guerra. O velho bloco de agrários e industriais conseguia, com uma fórmula política inédita, reconstruir sua dominação ameaçada pelos levantes operários dos anos 1919-1920. Diante da emergência incontida dos trabalhadores precisava recorrer a políticas populistas que contivessem as massas, enquanto atraía os setores mais significativos da classe média com métodos “reformistas”. “Assim, no equilíbrio instável que se formou entre a “crise orgânica” liberal e a

debilidade do Partido Socialista, desponta o fascismo, inicialmente com função arbitral; logo, porém, assumindo visíveis formas de Cezarismo” (SEMERARO, 1999, P. 135).

Não demorou muito tempo e o regime imposto por Mussolini na Itália revelava à luz do dia a face terrível duma concepção incubada na história da política italiana: culto do chefe, centralismo de poder, manobras demagógicas, massificação da cultura, cooptação da classe média. Como todo “cezarismo”, o fascismo comprimia a sociedade civil no Estado e reduzia os movimentos conflitivos das classes trabalhadoras dentro dos recintos vigiados do corporativismo. Esbanjando retórica sobre a grandeza da pátria e a moralização dos costumes, Mussolini conseguiu aglutinar as paixões das massas e o fanatismo de seus seguidores em torno da repulsa a tudo o que parecia responsável pela crise e debilidade nacional: incapacidade dos governantes, inconsistência das políticas liberais, movimentação das organizações operárias, ameaça do perigo comunista. Sem projeto político específico, a onda fascista foi crescendo ao explorar os sentimentos de descontentamento geral e transformou-se em coletor de todas as correntes antidemocráticas:

“foi anti-socialista, antibolchevique, antiparlamentar, antiliberal, antitudo”.
“Seu objetivo era a “ordem”, a demonstração de força e a religião do Estado totalitário, sintetizado na famosa fórmula mussoliniana: “tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado” (SEMERARO, 1999, p. 136).

O Estado corporativo ou o “estatismo orgânico” é a idéia política central do fascismo, que promove uma organização social integrada para superar as divisões de classe, pensando, assim, resolver o antagonismo entre Estado e sociedade por meio da estatização dos seus mais diversos setores. Ao se aproximar do Estado, portanto, o Partido Fascista, “um partido acima dos partidos”, se apressou a fazer do “povo uma parte do Estado”, ainda que Mussolini tentasse não instaurar integralmente um regime totalitário.

È verdade que o governo de um só homem – o governo monárquico – que os antigos diziam ser a forma organizacional da família,

transforma-se na sociedade (como hoje a conhecemos, quando o topo da ordem social já não é constituído pela casa real de um governante absoluto) em uma espécie de governo de ninguém. Mas esse ninguém, o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas e a suposta opinião única da sociedade. Como verificamos pela forma mais social de governo, isto é, pela burocracia (a última forma de governo do estado nacional, tal como governo de um homem só em benigno despotismo constitui o primeiro estágio), o governo de ninguém não significa necessariamente a ausência de governo; pode, de fato, em certas circunstâncias vir a ser uma das mais cruéis e tirânicas versões. (ARENDT, 1997, p. 50).

Atentemos para o poder dessas palavras, pois, eis o ponto crucial que distanciará sensivelmente as duas obras em questão: o poder analítico do pesquisador que procurará estudar o contexto em que se propagara o acontecimento estudado sem lançar-lhe juízo de valor e, o que é pior: com os valores deturpados sob a ótica do presente (anacrônicos), e, através de um estudo minucioso sob a atmosfera intelectual (mentalidades) que pairava no momento narrado, compreender a ânsia que orientava o pensar de tal acontecimento, para assim, elucidar-nos os reais interesses pretendidos pelos protagonistas de tal movimento. No caso em questão, O Tenentismo.

Haja vista nada surgir do nada ou, despropositadamente, pelo contrário estaríamos tratando de idiotia, uma colônia de esquizofrênicos, jamais de um movimento organizado e preñado de reivindicações e razões que não poderemos em hipótese alguma desvencilhar do contexto nacional e internacional: o pós 1ª Guerra, causando grande rebuliço nas grandes economias do mundo, o desemprego na Europa, as pestes, o Brasil se industrializando decisivamente, a recém abolição da escravatura e com isto uma gama de seres humanos marginalizados, a revolução bolchevique apavorando os poderes constituídos e inspirando essa massa de operários que se formavam no país, agora também sob a influência de trabalhadores italianos, alemães e, de outras partes do mundo, que já experientes em movimentos sindicais propagavam pelo país os ideais anarquistas e socialistas como flâmulas redentoras e conscientizantes da classe trabalhadora, e, em contrapartida a derrocada do poderio militar que foram os grandes baluartes da República e não tinham mais espaço nessa conjuntura que se

formara no país pela manutenção do poder, sendo deste alijado pelas oligarquias dos grandes latifundiários, servindo apenas de esteio para a manutenção destes.

É nesse mister de relações conflituais que se engendrará o cenário perfeito para a eclosão do movimento Tenentista no país. É analisando o ideário militar ao invés de julgá-lo que Maynard (2009) irá nos mostrar os interesses desses militares na moralização da República, na manutenção da ordem, no combate a corrupção, na deposição do presidente Artur da Silva Bernardes, que inclusive os insultará escrevendo uma carta na qual estiolará os brios dos mesmos, sendo esta motivo de grande contenda. Pois, este mesmo exército lembra-nos Maynard, sempre se fizera presente nos momentos cruciais de nossa República, portanto, fazia parte do cotidiano brasileiro, detinham entre os mesmos e a população um sentimento de civilidade, de “missão salvadora” que alimentava o imaginário popular e, não somente um ideal classista suprimindo este último e cerceando sua vontade. Pois, descontextualizando a nossa História do século XX, alguns escritores narram as revoltas militares dos anos 20 e o golpe civil-militar de 1964 e colocam-os no mesmo diapasão, eivados pelas paixões que encarnam tomando partido em suas narrativas, sem se dar conta ao menos das implicações advindas deste último período, inclusive de poder a nível internacional, totalmente oposto aos anos 20 desse século.

A historiadora Andreza Maynard trabalhara em sua obra em questão com a perspectiva metodológica da micro-história, tendo como inspiração o italiano Carlo Ginzburg, e revelará as idiossincrasias do cotidiano sergipano naqueles longínquos anos 20 e a impossibilidade de generalizar a complexa cadeia de interrelações que se dava neste com a dos demais Estados brasileiros coadunando-se com os historiadores que despontam com a “Nova História Militar” e, para este fim, mergulhara em vários arquivos e bibliotecas nacionais e internacionais consultando documentos, periódicos (sergipanos e pernambucanos), Boletins Regimentares, Relatórios do Ministro de Guerra, do governo de Sergipe, do General Marçal Nonato de Faria, e artigos diversos do jornal New York Times.

Sempre sem distanciar-se da tônica culturalista e da realidade local para através desta estabelecer parâmetros que aproximem-se do fenômeno estudado em escala nacional, neste caso, O Tenentismo. Na versão de Maynard, é auscultado sob os métodos dialético, analógico e compreensivo sem perder de vista o diálogo profícuo

com historiadores como José Murilo de Carvalho, Celso Castro, Victor Izecksohn e Hendrik Kraay, que, indutivamente partem da realidade local para chegar à gênese do fato em níveis regional e nacional, extraindo destes suas peculiaridades e ambigüidades.

No Tenentismo de Dantas, é predominante o viés positivista, com um enfoque austeramente político, o que gera neste caso, um paradoxismo irreconciliável até mesmo de ser adotada sob uma postura maniqueísta (dialética), haja vista a impossibilidade de se vislumbrar a classe militar ou, outra qualquer que seja, assumindo ao mesmo tempo funções tão díspares e por si dissolutas, pois, ou os militares eram representantes de sua classe de militares ou, o era das classes médias urbanas de onde eram oriundos, neste caso se anulando enquanto movimento e retirando o poder dos grandes latifundiários para de graça entregá-lo a pequena burguesia, a qual necessariamente, em sua maioria eram oriundos, e, seria mais uma incógnita, se esta atitude vos trariam resultados profícuos.

Ainda com os olhos voltados para o sudeste do país e a fórmula generalizante de se historiar os acontecimentos e, nestes, elegerem-se grandes heróis, quem sabe evocando um pouco do espírito romântico às avessas, pois neste eleger-se-ia alguém comum, um índio, o escravo negro, valorizando as nossas matrizes étnicas. Porém, o referido autor se contradizera nas tentativas de focar a insatisfação a nível nacional com Artur Bernardes e imputar o mesmo sentimento à Graccho Cardoso em Sergipe, e, na tese esdrúxula de comparar os tenentes aos jacobinos da revolução francesa, pois estes tinham um propósito austero: a derrocada da monarquia, enquanto os tenentes, embora quisessem moralizar a república e, fossem representantes da burguesia segundo DANTAS, não queriam o poder para si. “A essência do movimento tenentista consistiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o domínio absoluto exercido pela classe latifundiária” (SANTA ROSA, 1976, P. XVII).

Fatos estes corroboráveis em obras que seguem o mesmo viés metodológico, como esta acima, escrita ainda sob o fervor dos acontecimentos (1933), assim sendo, ser-vos-ia mais plausível um dos pressupostos do jogo de xadrez: “a melhor defesa é o ataque”, e, eles como bons soldados sabiam disto. Então, ao invés de esperarem parcimoniosamente que fossem mandados atacar seus camaradas revoltados do sudeste, revoltaram-se no 28º BC; e, assim se enxertavam na revolta nacional e eram preteridos de enfrentar seus companheiros.

O historiador e escritor Ibarê da Costa Dantas, esquecerá em algumas ocasiões de citar em que manancial bebeu tal fonte e, aliás, estas quando citadas estarão sempre nos arquivos judiciais e/ou biblioteca pública e IHGB. O seu método de pesquisa é estrutural, dedutivo e fenomenológico.

2.1 A Revolta de Sergipe:

Em 05.07.1922, estoura no Rio de Janeiro, o Movimento dos Tenentes, conhecida como a Revolta do Forte de Copacabana (18 do Forte) e, posteriormente, alastra-se por outras regiões do Brasil, como a Revolução Gaúcha (1923), a Revolução Paulista (1924) e a Coluna Prestes. “Mas se não havia razões internas que justificassem uma revolta, no âmbito nacional cresciam os descontentes com a política do presidente da República” (DANTAS, 1999, P. 105).

Em Sergipe, nesse período de revoltas tenentistas por todo o Brasil, o governador era Graccho Cardoso, representante legítimo das forças conservadoras, lideradas pelo general Oliveira Valadão. A eleição de Maurício Graccho Cardoso era a mais perfeita adequação a política do café-com-leite e as oligarquias estaduais. Embora o governador tenha procurado fazer uma administração modernizadora – embelezamento de Aracaju, melhoria na produção do algodão, construção de escola e de pontes –, ele representava um modelo político deveras ultrapassado.

Os questionamentos não ocorriam somente com os tenentes, a intelectualidade demonstrava a insatisfação através dos seus escritos, os artistas pela sua arte, e, a emergente classe operária que estava despontando devido o crescente desenvolvimento das indústrias têxteis em Sergipe.

A Partir de 1920, com a fundação do órgão Voz do operário, que circularia até a década de 30 com breves intervalos, o operariado foi-se tornando mais organizado e mais representativo como grupo social. Deve ter concorrido também para despertá-lo em relação aos seus direitos, a campanha que Deodato Maia realizava em Sergipe, desde aproximadamente 1911, pela regulamentação

do trabalho, através de uma legislação social que foi defendida inclusive na câmara federal (SANTANA, 2001, P. 195).

O elo propulsor dessa insatisfação, em Sergipe, foi Augusto Maynard Gomes, que junto com o brigadeiro Eduardo Gomes, já havia participado do levante do Forte de Copacabana, quando acabou sendo preso e enviado para a Ilha das Cobras, de onde, fugira para o Rio de Janeiro.

O movimento em nosso estado teve início na madrugada de 13 de julho de 1924, quando o tenente João Soriano de Melo, o capitão Eurípedes Esteves de Lima, o tenente Augusto Maynard (que liderou o movimento), e o segundo tenente Manoel Messias de Mendonça, prendem o major Jacinto Dias Ribeiro, comandante da Guarnição, e assumem o comando do quartel do 28.º BC (Aracaju), aderindo a estes a maioria da oficialidade. Nesta época, o quartel estava localizado na Praça 24 de outubro, no local onde hoje está o Hotel Palace (centro da cidade).

A tropa foi dividida em três companhias: a primeira, liderada pelo capitão Eurípedes Esteves de Lima, passou a ocupar pontos estratégicos da cidade; a segunda, liderada por Soriano, seguiu pela Rua Santa Rosa e Santo Amaro até a Praça Olímpio Campos, dirigindo-se ao Palácio do Governo; a terceira, comandada por Augusto Maynard, seguiu pela Av. Rio Branco até o quartel da Polícia Militar.

A primeira vítima de morte foi um ansepeçada e dois soldados foram feridos. A população assustada pensava que a usina elétrica tinha explodido. Depois de tomado o palácio, que ficou sob responsabilidade de um sargento, Soriano fora ao encontro de Maynard. O tenente coronel da Polícia Militar, Caetano da Silveira Bastos, e o oficial do dia, fugiram. Os demais renderam-se, sendo levados presos para o 28.º BC. O próprio comandante do 28.º BC, major Jacinto Dias Ribeiro, vendo que não tinha como estancar o movimento, entregou-se ao capitão Eurípedes Lima.

Depois de dominar o palácio e o quartel da polícia, os revoltosos marcharam para ocupar o telegrafo e a estação ferroviária, a usina elétrica e o sistema de telefonia. No dia 13 de julho de 1924, o comandante do 28.º BC já era informado através de boletim interno da nova estrutura hierárquica do Exército. O comando ficou com o capitão Eurípedes; Maynard e seu batalhão com a fiscalização; e Soriano, com o comando das subunidades e na assessoria de ajudante e secretário.

No alvorecer do dia 13 de julho, o governador foi comunicado da nova ordem vigente no estado e foi conduzido preso para o 28.º BC. O general José Calazans,

embora visse como necessária, não aceitou o comando do estado, cabendo a uma Junta Governativa Militar, formada pelo capitão Eurípedes Lima, 1.º tenente Augusto Maynard, 1.º tenente João Soriano e 2.º tenente Manoel Messias de Mendonça. Era preciso assegurar o poder. A junta, então, lança um manifesto à sociedade sergipana, explicando o motivo da tomada do poder e conciliando o apoio do povo, assim como às autoridades nas esferas municipais, estaduais e federal foram comunicadas e responderam, dando ciência da nova realidade:

Não desconhece o valoroso povo de Sergipe a situação de desrespeito aos direitos alheios implantado pelos que nestes últimos seis anos vêm governando a República brasileira; não desconhece também o digno povo sergipano as humilhações, os vexames que esses mesmos dirigentes vêm impondo a classe militar (Augusto Maynard, apud. DANTAS, 1999, p. 110).

A imprensa esteve parcialmente sem funcionar, os jornais “Diário da Manhã” e “Sergipe Jornal”, por defenderem pontos de vista das oligarquias, não fizeram sua publicação. O “Correio de Aracaju”, cujo dono era Edson de Oliveira Ribeiro, passou também a dirigir o Diário Oficial, que circulou normalmente.

Além de Aracaju, as cidades de Carmópolis, Rosário do Catete, Japaratuba, São Cristóvão e Itaporanga apoiaram os revoltosos tenentistas. Em Aracaju, os líderes do movimento passaram a preparar a capital para um contra movimento externo. Por forças legalistas da República brasileira, na região do Carvão até o Tramandaí foram cavadas trincheiras, convocados reservistas, além de voluntários (DANTAS, 2004, p. 85).

Na madrugada do dia 23 para 24 de julho, no horizonte é avistado o contratorpedeiro Alagoas, que logo desapareceu. As forças legalistas preparavam o ataque para pôr fim ao movimento dos tenentes em Sergipe, as tropas situadas no norte e no sul do estado se puseram em marcha para Aracaju. As tropas do general Marçal de Farias era formada por homens de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

Os revoltosos de Sergipe reorganizaram as tropas, chegando a enviá-las para Itaporanga, sob o comando de Soriano, enquanto Augusto Maynard comandava as tropas de São Cristóvão. No dia 2 de agosto, os jornais divulgavam a presença do

general Marçal Nonato de Farias, conclamando o povo a manterem-se leais às forças federais. Os revoltosos vencidos voltaram ao quartel de Aracaju e os legalistas avançaram. O contratorpedeiro Alagoas ficou ancorado na Ponte do Imperador, perto do navio Íris.

No dia 4 de agosto foi empossado o presidente deposto, Maurício Graccho Cardoso, baixando um decreto, onde tornava sem efeito qualquer ato dos tenentes. Os líderes do movimento foram caindo, Soriano foi preso no dia 6 de agosto, no dia 9 foi a vez de Eurípedes ser conduzido preso de Laranjeiras para Aracaju, Maynard fugiu, chegando até São Paulo, onde foi preso. No dia 7 de fevereiro de 1925, a bordo do navio Itapacy, chegava a Aracaju. Foram abertos processos para julgar os revoltosos. Na prisão, no dia 01.11.1924, faleceu o Dr. Zaqueu de Freitas Brandão. Em março de 1925, era concluída a fase de defesa, embora não tenha saído o veredicto, sabe-se que o procurador do caso, Dr. Oscar Viana, acusava 606 pessoas. Seu substituto, Dr. Plínio de Freitas Travassos, novo procurador, apresentava 252 envolvidos, entre eles, 5 cabeças, além dos líderes, o general José Calazans, o Dr. Paulo Martins. Em 28 de agosto, reduziram-se ainda mais o número de acusados.

3 Conclusão

Em suma, o coroamento do movimento tenentista em Sergipe, dera-se com a “Revolução de 1930” e, principalmente, com a nomeação do capitão Augusto Maynard para interventor federal do Estado. E, em homenagem ao marco da deflagração da revolta, a Praia Formosa transformara-se em “Praia 13 de Julho”, pelo Ato nº 11, do intendente municipal Camilo Calazans, publicado no Diário Oficial de 28 de novembro de 1930, em que Augusto Maynard Gomes foi reconhecido como o grande líder militar do levante de 13 de julho de 1924.

Ante todos os dados e críticas que pudemos formular e levantar acerca do tema proposto ficara nítido a inesgotabilidade das fontes, e, quantas perguntas ainda precisam ser feitas as mesmas e ao acervo historiográfico que se debruçara sobre o assunto. Pretendendo esta, servir de auxílio a tantas outras pesquisas que advirão no sentido de somar-se objetivando contribuir para o deslindar do conhecimento histórico no

pequenino Estado de Sergipe, porém, colossal em acontecimentos como este que jamais o marginalizaram do restante do país, pelo contrário, sempre estivera presente, visceralmente ligado a todas as ebulições sociais e políticas que vicejaram em todos os instantes deste país, que, jamais conseguira calar a insatisfação desse povo, que nunca se contentara em aceitar as soluções impostas pelos poderes constituídos de maneira passiva.

As duas obras aqui apresentadas enquanto cerne de nosso trabalho, embora contrastantes por suas matrizes metodológicas fruto do contexto em que foram produzidas, apesar da disparidade cronológica, percebemos que mutuamente se completam, e somar-se-ão às demais que exitaram no desafio de reconstituição de nossa História auferindo-nos com idoneidade os louros do conhecimento dessa riqueza cultural que dialeticamente se atraem e se refutam para nessa diversidade de mentalidades que constituem nossa sociedade, independente de classes, mas, que juntas deferem as idiossincrasias da pluralidade de idéias que é o marco inerente de nossa nação. E, por isto, tão rica, ímpar no mundo e, por isto tão bela.

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hanna; **A Condição Humana**; 8ª Ed., tradução: Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARROS, Souza; **Messianismo E Violência de Massa No Brasil**; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A; 1986.

BLOCH, Marc; **Apologia da História**; Paris-França: Zahar, tradução brasileira 2002.

BURKE, Peter; **O Que É História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar 2008.

DANTAS, José Ibarê da Costa; **O Tenentismo Em Sergipe**: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930.

DANTAS, José Ibarê da Costa; **A República De Sergipe (1889-2000)**; Laranjeiras- RJ: tempo brasileiro; 2004.

HOBBSBAWM, Eric John; **A Era Do Capital**; 13ª Ed. Paz e Terra; SP. 2007.

LIMA, Lourenço Moreira; **A Coluna Prestes (Marchas e Combates)**; 3ª ed., São Paulo: Alfa ômega, 1979.

MACAULAY, Neill; **A Coluna Prestes: (revolução)**; 2ª ed., Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL; 1977.

MARX, Karl; **O 18 Brumário De Luís Bonaparte**; São Paulo; Ed. Martin Claret; 2007.

MAYNARD, Andreza S. C. **A Caserna em Polvorosa**: A Revolta de 1924 em Sergipe. Aracaju, Ed. Do Autor, 2009.

PRADO, Júnior Caio; **Formação Do Brasil Contemporâneo**; 21ª Ed. São Paulo, 1989.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As Febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios; Aracaju-SE, Ed. O Autor; 2001.

SANTA ROSA, Virgínio; **O Sentido do Tenentismo**; São Paulo; Ed. Alfa Ômega, 3ª edição; 1976.

SEMERARO, Giovanni; **Gramsci e a Sociedade Civil**: Cultura e Educação Para a Democracia; Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 1999.

